

Período: Anual 2020

- Participação na análise e elaboração do Guia de Contratações Sustentáveis e do Plano de Logística Sustentável (PLS), especificamente na parte sobre a acessibilidade e inclusão.
- Capacitação e sensibilização: a) Participação da coordenadora do Comitê no seminário “Democratizando o acesso à Justiça”, promovido pelo CNJ; ii) Participação na Semana Inclusiva de Santa Catarina.
- Proposição de ações administrativas: i) Elaboração de campanhas de sensibilização sobre a temática pela Secretaria de Comunicação Social; ii) Alinhamento com a Escola Judicial acerca da capacitação de magistrados em acessibilidade e inclusão; iii) Em conjunto com o Serviço de Educação Corporativa, tratativas com universidades sobre capacitação de magistrados e servidores sobre o tema; iv) Participação de membro do Comitê em instrutoria sobre o tema: “Compartilhando leituras: pessoas com deficiência e o isolamento social”; v) Contribuição na promoção da palestra “Sensibilização para com pessoas com deficiência no ambiente de trabalho” realizada em outubro.
- Acompanhamento da contratação e execução de atividade de intérprete de Libras, a fim de garantir acessibilidade a servidor com deficiência auditiva nas reuniões de trabalho e eventos de capacitação.
- Análise da governança de acessibilidade e inclusão, com acompanhamento do cumprimento da Resolução CNJ 230/16 e pedido de providências às áreas técnicas.
- Melhorias no portal de acessibilidade e inclusão: i) Disponibilização da tabela detalhando a situação de cada imóvel do TRT-12 no tocante à acessibilidade e inclusão; ii) Disponibilização das pautas das reuniões do Comitê, como medida de transparência; iii) Divulgação da cartilha “Como construir um ambiente acessível nas organizações públicas”; iv) Aumento do índice de acessibilidade do portal, de 78% para 93,82%, segundo mensuração da ferramenta ASES, instrumento de avaliação oficial do Governo Federal.
- VLibras: Acompanhamento da implantação do sistema VLibras, que traduz o conteúdo em texto dos portais para a linguagem de sinais.
- Avaliação, mapeamento e cadastro das pessoas com deficiência: i) Realização de mapeamento de servidores e magistrados com deficiência e de pesquisa individualizada com os mesmos para coletar sugestões de melhorias de acessibilidade no ambiente de trabalho (art. 21 da Resolução CNJ 230/16); ii) Solicitação para que a Direção-Geral apresente plano de ação para mapeamento dos terceirizados com deficiência (atuais e futuros), também nos termos da Resolução 230/16; iii) Abertura de expediente solicitando que a Administração avalie a possibilidade de exigir, nas licitações, que a empresa vencedora

comprove o cumprimento das normas referentes às pessoas com deficiência; iv) Solicitação para que a Administração avalie a pertinência e eventuais impactos para criação de uma política de incentivo ao trabalho de pessoas com deficiência, estipulando um percentual a ser exigido nos contratos firmados com as empresas que prestam serviço ao TRT-12.

- Ações diversas: i) Solicitação à Presidência para inclusão de novos membros no Comitê, em especial, servidores com deficiência; ii) Definição de cronograma de reuniões para o Comitê; iii) Solicitação da inserção do tema de acessibilidade e inclusão na lista de livros a serem comprados pela Biblioteca.